

SUBMETIDO 07/03/2022

APROVADO 23/06/2022

PUBLICADO ON-LINE 10/07/2022

PUBLICADO 10/01/2024

EDITOR ASSOCIADO
Vinicius Longo Ribeiro Vilela


DOI: <http://dx.doi.org/10.18265/1517-0306a2022id6717>

ARTIGO ORIGINAL


Conhecimento sobre bem-estar animal, guarda responsável e maus-tratos animais sob a perspectiva de moradores da cidade de Patos, Paraíba

 Thiago da Silva Brandão ^{[1]*}

 Raquel Guedes Ximenes ^[2]

 Angélica Beatriz Araújo de Andrade Freitas ^[3]

 Gabriela Noronha de Toledo ^[4]

 Sonia Correia Assis da Nóbrega ^[5]

 Almir Pereira de Souza ^[6]

[1] thiagobrandaopt@gmail.com

[2] raquel_gx@hotmail.com

[3] angelicabeatriz0102@hotmail.com

[4] bitoledo@hotmail.com

[5] sonia.correia@professor.ufcg.edu.br

[6] almir@cstr.ufcg.edu.br

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Brasil

RESUMO: Cães e gatos convivem com humanos há milhares de anos e isso mostra o quanto eles são importantes. Esses animais são considerados membros da família, entretanto, a falta de conhecimento sobre suas necessidades fisiológicas, comportamentais e psicológicas por parte de seus tutores são fatores importantes para suas vidas, pois essa falta de conhecimento promove condições de alimentação inadequada, maus-tratos, proliferação de doenças, abandono e, conseqüentemente, superpopulação de animais nas ruas. A partir dessa problemática, foi realizado um estudo transversal, no período de outubro de 2018 a agosto de 2019, por meio da aplicação de um questionário para analisar o perfil socioeconômico de tutores de cães e gatos domiciliados na zona urbana da cidade de Patos, Paraíba, Brasil, e seu conhecimento sobre bem-estar animal, abuso e guarda responsável. Dos 270 entrevistados, 67% possuíam animais domésticos, sendo os cães os mais evidentes ($p < 0,001$). A maioria dos entrevistados – 85,6% ($p < 0,001$) – afirmou saber o que significa bem-estar animal. No entanto, 62,6% não responderam o que significa guarda responsável ($p < 0,001$). Assim, destaca-se a importância de tais estudos para verificar o conhecimento da população sobre o assunto objetivando a implementação de políticas públicas que visem minimizar os danos à vida animal.

Palavras-chave: abandono; animais de companhia; cinco liberdades; políticas públicas; posse responsável.

Knowledge about animal welfare, responsible keeping and animal mistreatment from the perspective of residents of the city of Patos, Paraíba

ABSTRACT: Since a long time ago, dogs and cats have lived together with humans, and this shows how important they are. Nowadays, these animals are

*Autor para correspondência.

considered family members, however, the lack of knowledge about their physiology, behavior, and psychological features by their owners are important factors for their lives. The lack of knowledge can lead to inadequate feeding conditions, mistreatment, disease proliferation, and abandonment. Consequently, an overpopulation of animals can be seen on the streets. Based on this issue, a cross-sectional study was conducted from October 2018 to August 2019. An application of a questionnaire was performed to analyze the socioeconomic profile of dogs and cats owners domiciled in the urban area of the city of Patos, Paraíba, Brazil, and their knowledge about animal welfare, abuse, and responsible ownership. Of the 270 interviewees, 67% had pets, with dogs being the most common ($p < 0.001$). Most of the interviewees – 85.6% ($p < 0.001$) – stated that they knew what animal welfare meant. However, 62.6% did not answer what responsible ownership means ($p < 0.001$). Thus, the need for this kind of study to verify the population's knowledge on the subject stands out, with a view to creating and implementing public policies aimed at reducing damage to animal life.

Keywords: abandonment; company animals; five freedoms; public policy; responsible ownership.

1 Introdução

Os animais de estimação, a exemplo dos cães e gatos, convivem com o homem há milhares de anos e essa relação proporciona aos tutores muitos benefícios psicológicos, fisiológicos e sociais (Lima; Luna, 2012). O Brasil, por sua vez, possui a segunda maior população de cães, gatos e aves canoras e ornamentais do mundo e é o terceiro maior país em população total de animais de estimação (ABINPET, 2021a). Embora essa convivência com cães e gatos nos lares seja cada vez mais comum, deve-se observar que a guarda de um animal implica em diversas responsabilidades e compromisso ético com sua comunidade, promoção e preservação da saúde e do meio ambiente, além da manutenção do bem-estar animal, garantindo sua integridade física, evitando dor, lesões, doenças, sofrimento; além disso, deve-se proporcionar assistência médico-veterinária, prevenir acidentes domésticos ou de trânsito, mordeduras, arranhaduras, entre outras situações que ponham em risco a vida do animal e da sociedade (Vieira *et al.*, 2009).

Entretanto, nem sempre os tutores são capazes de desempenhar esse papel de forma satisfatória, o que acarreta consequências negativas tanto aos animais quanto ao próprio homem, destacando-se os maus-tratos àqueles – a exemplo do abandono, fome, negligência, injúrias físicas – e a proliferação de zoonoses (Andrade *et al.*, 2015; Langoni *et al.*, 2011).

A falta de conhecimento, por parte dos responsáveis, sobre as necessidades fisiológicas e psicológicas dos animais, o manejo inadequado, os aspectos sociais e culturais associados à situação socioeconômica da população e a falta de políticas públicas relacionadas a essa problemática podem ser citados como pontos fundamentais para a perpetuação do abandono desses animais e dos riscos inerentes a esta atitude (Lima; Luna, 2012). Nesse contexto, a orientação da comunidade sobre a guarda responsável associada às mencionadas políticas públicas é ponto fundamental para promoção do bem-estar animal e da saúde da coletividade (Santos *et al.*, 2014).

Diante do exposto, objetivou-se, com o presente trabalho, analisar o perfil socioeconômico dos tutores de cães e gatos domiciliados na área urbana do município

de Patos, estado da Paraíba (PB), e seu conhecimento sobre bem-estar animal, maus-tratos e guarda responsável.

Assim, o presente artigo foi dividido de forma estruturada em algumas seções a fim de melhor explicar o conteúdo abordado: a seção 2 destaca as contribuições relevantes de outros autores sobre o tema, estabelecendo uma sólida base teórica; a metodologia utilizada na produção do trabalho é detalhada na seção 3, que destaca o passo a passo adotado durante sua elaboração; os resultados da pesquisa, obtidos por meio de questionários, são apresentados na seção 4, abordando a interação homem-animal e o conhecimento sobre bem-estar, liberdades animais, guarda responsável e prevenção de práticas prejudiciais; e, por fim, a seção 5 traz da conclusão deste artigo, ressaltando a importância do estudo para promover práticas conscientes em relação aos animais.

2 Referencial teórico

Atualmente, a preocupação com o bem-estar animal vem sendo motivada por diversas razões, destacando-se as novas formas de criação dos animais, os quais vêm cada vez mais ganhando espaço dentro dos lares, tornando-se parte da família, ao mesmo tempo que a população de cães e gatos abandonados ou semidomiciliados cresce a cada ano, se tornando um problema de saúde pública (Souza; Ferreira, 2015).

A ciência do bem-estar animal é uma área de interesse à sociedade, auxiliando no comprometimento ético e legal para a melhoria de vida dos animais (Paula *et al.*, 2018). Embora o bem-estar animal tenha se consolidado como ciência ao longo dos últimos 50 anos, muitos debates foram necessários para chegar a um consenso quanto à sua definição, nos quais várias definições foram expostas, sendo a de Broom (1986) a mais aceita e que definiu bem-estar como a tentativa do indivíduo de se adaptar ao meio em que vive.

O bem-estar animal segue os princípios das cinco liberdades, que devem ser aplicados continuamente para o benefício dos animais. Os princípios fundamentam-se no conceito das cinco liberdades inicialmente proposto pelo *Farm Animal Welfare Council*, em 1979, e modificado por Molento (2006), conforme, a seguir, liberdade nutricional, liberdade sanitária, liberdade ambiental, liberdade comportamental e liberdade psicológica.

Diversos estudos vêm sendo realizados no Brasil, com o objetivo de verificar o conhecimento da população acerca do bem-estar animal, da guarda responsável e de situações de maus-tratos aos animais de companhia, pois tal conhecimento, quando atrelado à utilização de políticas públicas e à educação humanitária visando à conscientização da população em relação à guarda responsável de animais, auxilia no combate de diversas atitudes danosas (Almeida *et al.*, 2014; Paula *et al.*, 2018; Pedrassani; Karvat, 2017; Pereira *et al.*, 2020).

3 Método da pesquisa

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande (CEP-HUAC/UFCG) sob o número de parecer 3.399.920, logo, realizada em conformidade com as recomendações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (CNS, 2012).

3.1 Local da pesquisa

O presente estudo foi realizado no município de Patos, localizado no sertão paraibano, com as seguintes coordenadas geográficas: 07° 01' 28" de latitude sul e 37° 16' 48" de longitude oeste. Patos é a quarta cidade mais populosa do estado da Paraíba, com 103.165 habitantes, contemplando 23 bairros na zona urbana, divididos em cinco zonas regionais (norte, sul, central, oeste e leste). Além disso, tem densidade demográfica de 218, 16 hab./km² (IBGE, 2023) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,701 (IBGE, 2010).

3.2. Tipo de estudo

Trata-se de um estudo observacional, transversal, com aplicação de questionários à população urbana residente no município de Patos-PB.

3.3 Aplicação dos questionários

Para investigação dos aspectos epidemiológicos referentes à situação socioeconômica e demográfica e ao conhecimento da população sobre a legislação de proteção aos animais domésticos, o bem-estar animal, a guarda responsável e sobre práticas de maus-tratos a animais no município, foi aplicado um questionário contendo 24 questões fechadas e abertas, durante o período de outubro de 2018 a agosto de 2019. O questionário foi dividido em duas partes, sendo a primeira relacionada às questões sociodemográficas (sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, renda familiar, entre outras) e a segunda voltada à percepção, conhecimento e atitudes sobre temas relacionados aos animais (se possui animais, quais espécies, se considera o animal como membro da família, o que é bem-estar animal, o que são maus-tratos aos animais, se já presenciou maus-tratos a animais, se tem conhecimento de onde denunciar tais crimes e, finalmente, se sabe sobre guarda responsável de animais).

3.3.1 Tamanho da amostra para questionários

O tamanho da amostra para determinação da quantidade de entrevistados foi obtido através da fórmula de amostragem aleatória simples para população infinita, conforme Thrusfield (2007), adotando-se o nível de significância de 90%, prevalência esperada de 50% e erro máximo de 5%. Consequentemente, foi encontrado o valor mínimo da amostra de 270 para aplicação dos questionários.

3.3.2 Critérios de inclusão

Como pré-requisito para participação na pesquisa, foi adotada a necessidade de preenchimento do Termo de Consentimento Livre e de Esclarecimento (TCLE), conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (CNS, 2012). Além disso, só puderam participar da pesquisa aquelas pessoas que detinham a maioridade civil, ou seja, tinham idade a partir de 18 anos (Brasil, 2002).

3.3.3 Amostra estudada

A amostra foi obtida de forma aleatória, com realização de entrevistas, por meio de formulário estruturado, em ambientes públicos e/ou privados, com moradores de 22 dos 23 bairros da cidade de Patos-PB. O número de entrevistados por bairro foi proporcionalmente obtido levando em conta o número total de habitantes de cada bairro (IBGE, 2010), com o número da amostra estatisticamente encontrado para esse estudo, visando garantir uma melhor representatividade da população estudada (Tabela 1).

Tabela 1 ►

Demonstrativo do número de participantes da pesquisa, a partir da população residente em cada bairro da cidade de Patos-PB.
Fonte: * IBGE (2010);
dados da pesquisa

Zona geográfica urbana sede municipal*	Bairro*	População*	Amostra#
Centro	Santo Antônio	6987	26
	Brasília	1006	4
	Centro	3138	12
Leste	Salgadinho	1438	5
	Ana Leite	16	0
	Sete Casas	1225	5
	São Sebastião	11369	42
	Bela Vista	4488	17
	Jardim Magnólia	376	1
Norte	Distrito Industrial	272	1
	Novo Horizonte	2648	10
	Belo Horizonte	5901	22
	Noé Trajano	1771	7
	Maternidade	5477	20
Oeste	Morro	3232	12
	Liberdade	6636	25
	Bivar Olinto	3890	14
	Morada do Sol	280	1
	Nova Conquista	2459	9
Sul	Santa Cecília	856	3
	Jatobá	5467	20
	Monte Castelo	2929	11
	Alto da Tubiba	681	3
Total		72.542	270

3.4 Análise estatística

Os dados obtidos dos questionários foram inseridos em planilha eletrônica e, em seguida, foram contabilizadas as frequências absolutas e relativas de cada questionamento.

Para a avaliação das frequências, foi aplicado o teste de qui-quadrado de aderência. Também foram realizados cruzamentos entre as variáveis “renda” *versus* “possuir animais” e “saber onde denunciar” *versus* “já denunciou”, para verificar uma possível associação pelo teste de qui-quadrado. As análises foram realizadas no aplicativo Jamovi®, versão 1.6 para Windows, ao nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

4 Resultados da pesquisa

Quanto ao perfil socioeconômico dos entrevistados (Tabela 2), observou-se que a maioria pertencia ao gênero feminino (65,6% – 177/270), semelhantemente a outros estudos com a mesma temática realizados em diversas cidades brasileiras (Catapan *et al.*, 2015; Oliveira; Maciel; Sunada, 2019; Pedrassani; Karvat, 2017; Rodrigues; Luiz; Cunha, 2017).

Em relação à média de idade, os participantes tinham idade média de $38,2 \pm 13,14$ anos. No que diz respeito ao grau de escolaridade, 18,52% (50/270) tinham ensino fundamental, 40% (108/270) ensino médio, 29,63% (80/270) ensino superior, 10,74% (29/270) afirmaram ter pós-graduação e 1,11% (3/270) não haviam estudado (Tabela 2).

Tabela 2 ►
Dados socioeconômicos dos participantes da pesquisa.
Fonte: dados da pesquisa

Variáveis	N	(%)	p-valor
Gênero			
Feminino	177	65,6	< 0,001
Masculino	93	34,4	
Estado civil			
Casado(a)	108	40	< 0,001
Divorciado(a)	33	12,2	
Separado(a)	2	0,7	
Solteiro(a)	119	44,1	
Viúvo(a)	8	3	
Tem filhos			
Não	108	40	< 0,001
Sim	162	60	
Escolaridade			
Não estudou	3	1,1	< 0,001
Fundamental	50	18,52	
Médio	108	40	
Superior	80	29,63	
Pós-graduação	29	10,74	
Renda familiar			
Até 01 salário	111	41,1	< 0,001
De 01 a 03	96	35,6	
De 03 a 05	48	17,8	
De 05 a 15	14	5,2	
> 15	1	0,4	
Total	270	100	

N: número absoluto. (%): frequência

Tais resultados demonstram que a grande maioria dos entrevistados são alfabetizados, predominando o ensino médio, condição que corrobora os dados encontrados por Rodrigues, Luiz e Cunha (2017) em estudo semelhante na cidade de Patos de Minas-MG, em que a maioria dos participantes – 52,33% (157/300) – tinham ensino médio, 31% (93/300) tinham graduação, 15,66% (47/300) tinham ensino fundamental e apenas 1% (3/300) não tinha escolaridade. Esses dados demonstram elevado nível de escolaridade da amostra, o qual pode ser explicado por Nascimento e Lira (2013), que consideraram a cidade de Patos-PB como um polo educacional universitário importante, no qual existem diversas instituições de ensino superior públicas e privadas, além de 69 escolas de ensino fundamental e 18 de ensino médio (INEP, 2021). Tais condições podem justificar os níveis escolares, a partir da quantidade significativa dessas unidades de ensino no território.

Em relação à posse de animais domésticos, observando os dados da Tabela 3, 67% (181/270) dos entrevistados responderam possuir animais, enquanto 33% (89/270) não possuíam ($p < 0,001$). Tais dados foram semelhantes aos encontrados por Pinheiro Júnior *et al.* (2006) na cidade de Garça-SP, segundo os quais 66,12% dos pesquisados possuíam animais e 33,88% não possuíam.

Tabela 3 ▶
Respostas da população referentes à posse de animais e a seus conhecimentos sobre bem-estar animal, maus-tratos e guarda responsável.
Fonte: dados da pesquisa

Variáveis	N	(%)	p-valor
Possui animais			
Não	89	33	< 0,001
Sim	181	67	
Total	270	100	
Espécies			
Somente cães	99	54,7	< 0,001
Gatos	47	26	
Cães e gatos	35	19,3	
Total	181	100	
Considera seu animal como parte da família?			
Não	1	0,55	< 0,001
Sim	180	99,45	
Total	181	100	
Sabe o que significa bem-estar animal?			
Não	39	14,4	< 0,001
Sim	231	85,6	
Total	270	100	
Sabe o que são maus-tratos aos animais?			
Não	4	1,5	< 0,001
Sim	266	98,5	
Total	270	100	
Maus-tratos são crime?			
Não	1	0,37	< 0,001
Sim	269	99,63	
Total	270	100	

continua

Já presenciou maus-tratos a animais?

Não	98	36,3	
Sim	172	63,7	< 0,001
Total	270	100	

Sabe onde denunciar?

Não	161	59,60	
Sim	109	40,40	< 0,002
Total	270	100	

Já denunciou?

Não	255	94,4	
Sim	15	5,6	< 0,001
Total	270	100	

Sabe o que é guarda responsável?

Não	169	62,60	
Sim	101	37,40	< 0,001
Total	270	100	

N: número absoluto. (%): frequência

No presente estudo, daqueles que informaram possuir animais, 54,7% (99/181) afirmaram ter apenas cães, 26% (47/181) apenas gatos e 19,3% (35/181) ambas as espécies ($p < 0,001$). Estudos semelhantes demonstraram maior predominância de cães como animais de estimação em relação aos gatos em diversas cidades brasileiras (Gomes, 2015; Kamal; Vasques; Romani, 2021; Pedrassani; Karvat, 2017; Pinheiro Júnior *et al.*, 2006). Para Garcia (2009) e Silvano *et al.* (2010), os cães apresentam maior favoritismo nos lares brasileiros, condição que pode ser verificada em pesquisa da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (ABINPET, 2021b), que afirmou haver no Brasil um total de 55,9 milhões de cães comparados a 25,6 milhões de gatos domiciliados. Segundo Fuck *et al.* (2006), os cães são capazes de realizar diversas funções, tais como vigiar a casa, fazendas, gado, como também ajudar na caça, entre outras situações que podem justificar a preferência por essa espécie animal.

Ao cruzar as variáveis “renda familiar” *versus* “possui animais”, pode-se notar que não houve diferença estatística entre as distintas faixas de renda a respeito da posse de animais ($p = 0,35$), ou seja, apesar da desigualdade verificada na distribuição de renda, todas as classes sociais da amostra estudada possuíam animais domésticos (Tabela 4).

Tabela 4 ►

Relação entre as variáveis renda familiar e possuir animais domésticos.

Fonte: dados da pesquisa

Renda familiar*	Possui animais		Total	p-valor
	Não	Sim		
Até 01	33 (29,7%)	78 (70,3%)	111 (100%)	
De 01 a 03	39 (40,6%)	37 (59,4%)	96 (100%)	
De 03 a 05	13 (27,1%)	35 (72,9%)	48 (100%)	0,35
De 05 a 15	4 (28,6%)	10 (71,4%)	14 (100%)	
> 15	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)	
Total	89 (33%)	181 (67%)	270 (100%)	

* em salários mínimos

Ao responderem se o animal faz parte da família, um total de 99,45% (180/181) disseram que sim, enquanto apenas 0,55% (1/181) disse que não ($p < 0,001$). Com isso observa-se a importância desses animais nos lares e sua participação afetiva na vida dos tutores. Segundo Almeida *et al.* (2014), a relação entre homem e animal, em particular cães e gatos, segue lado a lado ao desenvolvimento comportamental da sociedade, a ponto de realmente conceder-lhes a posição de membros da família. Assim, a partir dessa nova conjuntura, o conceito de família pode ser ampliado, uma vez que esta pode ser integrada por animais de outras espécies, tornando-se família multiespécie, grupo familiar que reconhece ter como seus integrantes pessoas e animais de estimação em convivência respeitosa (Faraco, 2008).

A grande maioria dos entrevistados (85,6% – 231/270) afirmaram saber o que significa o termo bem-estar animal ($p < 0,001$), de forma semelhante aos estudos de Lima (2015), na cidade de Mossoró-RN, que encontrou maior proporção daqueles que sabem o que é bem-estar animal (68%) em comparação aos que não sabem (32%). Aos entrevistados no presente estudo, foram perguntadas três situações que eles consideravam como atitudes inerentes ao bem-estar animal, e suas respostas foram agrupadas conforme a classificação de bem-estar animal proposta por Molento (2006), em liberdade nutricional, liberdade sanitária, liberdade ambiental, liberdade comportamental e liberdade psicológica (Tabela 5).

Tabela 5 ▼

Categorização das três afirmações abertas sobre o entendimento dos respondentes da pesquisa acerca do bem-estar animal.

Fonte: dados da pesquisa

Liberdade BEA*	A	B	C
Ambiental [#]	29 (12,6%)	44 (19,0%)	2 (10,0%)
Comportamental [#]	7 (3,0%)	7 (3,0%)	18 (7,8%)
Nutricional [#]	93 (40,3%)	61 (26,4%)	28 (12,1%)
Psicológica [#]	30 (13,0%)	40 (17,3%)	58 (25,1%)
Sanitária [#]	72 (31,2%)	70 (30,3%)	81 (35,1%)
Indefinido	-	7 (3,0%)	7 (3,0%)
Não respondeu	-	2 (0,9%)	16 (6,9%)
Total	231 (100%)	231 (100%)	231 (100%)

* Bem-estar animal. [#] Molento (2006). A: primeira resposta; B: segunda resposta; C: terceira resposta.

Pode-se observar que, em relação à primeira resposta dos entrevistados sobre as atitudes de bem-estar animal, destacam-se aquelas ligadas à liberdade nutricional – 40,3% (93/231) –, tendo os entrevistados colocado como principais respostas: fornecer alimentação de qualidade e adequada à espécie e idade dos animais, não os deixar com fome nem sede, além de mantê-los nutridos.

Kamal, Vasques e Romani (2021) verificaram que, independentemente da renda, os tutores de cães e gatos em Maringá-PR também apresentam preocupação com o fornecimento e disponibilização de alimentação ideal aos seus animais. Tal preocupação é importante, pois o fornecimento de alimentação adequada, respeitando as necessidades fisiológicas dos animais, os mantém em bem-estar, visto que proporciona quantidade suficiente de nutrientes para suas atividades diárias, além de manter seu status imunológico e evitar subnutrição ou obesidade.

Em seguida, observa-se que, na segunda e terceira respostas, a liberdade mais evidenciada foi a liberdade sanitária, obtendo-se frequências de 30,3% e 35,1%, respectivamente. Tal liberdade está relacionada à ausência e prevenção de injúrias

e doenças (Molento, 2006). No presente estudo, as principais respostas relativas a essa liberdade foram: controle de ectoparasitas e endoparasitas nos animais; banhos; imunização; visitas periódicas ao médico veterinário; e cuidados veterinários, quando enfermos. Portanto, percebe-se que a população do município em questão tem uma evidente preocupação direcionada à saúde do animal, já que esta foi bastante citada pelos respondentes. Paula *et al.* (2018) afirmaram que a prática de assistência veterinária contribui de maneira significativa para o monitoramento da saúde, controle populacional e prevenção de zoonoses.

Nota-se que as respostas obtidas no presente estudo estão inseridas nas cinco liberdades, o que denota que a população amostrada do município de Patos-PB compreende quais atitudes caracterizam situações de bem-estar animal. Isso é muito importante para o convívio homem e animal, pois a carência de informações sobre a forma correta de lidar com os animais acarreta muitos prejuízos a esses, a exemplo de situações de maus-tratos, abandono e negligência (Almeida *et al.*, 2014).

Perguntados se sabiam o que eram maus-tratos aos animais, 98,5% (266/270) afirmaram que sim e 1,5% (4/270) que não ($p < 0,001$). Assim foi possível constatar que, em relação a essa pergunta, a grande maioria dos entrevistados apresentou conhecimentos sobre o que são maus-tratos aos animais; dessa forma, também foi solicitado que aqueles que disseram saber o significado do termo expusessem três situações que considerassem como tais. Devido à quantidade e diversidade das respostas, por se tratarem de questões abertas, estas foram agrupadas em categorias.

Verifica-se que, tanto na primeira como na segunda resposta dos entrevistados, a categoria agressão física foi a mais relatada, com 43,6% e 31,2%, respectivamente (Tabela 6). Nessa categoria foram enquadradas respostas que envolviam situações como machucar, bater, espancar, chutar, esmurrar, esbofetear, entre outras relacionadas a injúrias físicas. Fica claro que, perante a amostra estudada, tais situações são consideradas maus-tratos aos animais.

Tabela 6 ▼

Categorização das três afirmações abertas em relação ao saber o que são maus-tratos aos animais pelos respondentes da pesquisa.

Fonte: dados da pesquisa

Modalidade dos maus-tratos	A	B	C
Agressão física	116 (43,6%)	83 (31,2%)	42 (15,8%)
Abandono	51 (19,2%)	20 (7,5%)	43 (16,2%)
Fome	46 (17,3%)	67 (25,2%)	40 (15,0%)
Negligência	31 (11,7%)	52 (19,5%)	68 (25,6%)
Restrição de espaço	18 (6,8%)	23 (8,6%)	24 (9,0%)
Envenenamento	2 (0,8%)	5 (1,9%)	4 (1,5%)
Abuso	2 (0,8%)	3 (1,1%)	2 (0,8%)
Violência psicológica	-	4 (1,5%)	1 (0,4%)
Não respondeu	-	9 (3,4%)	25 (9,4%)
Sede	-	-	12 (4,5%)
Morte do animal	-	-	5 (1,9%)
Total	266 (100%)	266 (100%)	266 (100%)

A: primeira resposta; B: segunda resposta; C: terceira resposta.

Na terceira resposta, a categoria mais frequente foi a negligência, com 25,6% de frequência; nessa categoria foram associadas as respostas que continham as seguintes situações: falta de assistência médica veterinária, deixar o animal doente, falta de abrigo adequado, exposição prolongada ao sol, não higienizar o animal, não desparasitar o animal, não fazer controle de ectoparasitas, deixá-lo solto na rua sem supervisão, entre outras situações. Para Garcia (2017), a negligência é a modalidade de maus-tratos mais observada, porém a menos estudada, tanto na medicina veterinária quanto na medicina humana, visto que sua identificação é difícil, pois pode estar relacionada com a precariedade socioeconômica das famílias.

Ainda no que diz respeito às respostas dos entrevistados sobre maus-tratos aos animais, ao visualizarmos o somatório das categorias em todas as três respostas, encontramos a sequência em ordem decrescente da seguinte maneira: agressão física, fome, negligência, abandono, restrição de espaço, não respondeu, sede, envenenamento, abuso, violência psicológica e morte do animal. Assim, pode-se inferir que a maior parte da amostra estudada – 98,5% (266/270) – apresenta conhecimentos acerca das principais situações degradantes à vida animal, o que é importante, dado que, segundo Almeida *et al.* (2014), a carência de informações sobre a forma correta de lidar com os animais, assim como a negligência de tutores com estes, proporciona muitos prejuízos à vida dos animais de companhia. Assim, a partir dessa ótica, saber o que são maus-tratos ajuda na prevenção, identificação e, conseqüentemente, na realização das denúncias de tais crimes.

Ao responderem se maus-tratos a animais são crime, 99,63% (269/270) afirmaram que sim ($p < 0,001$) (Tabela 3). Dessa forma, observa-se que, em sua quase totalidade, os entrevistados sabem que tal condição é criminosa, entretanto, ao serem questionados sobre o conhecimento do local para denunciar esses maus-tratos, 59,6% (161/270) afirmaram não saber, enquanto 40,4% (109/270) indicaram ter tal conhecimento ($p < 0,002$). Logo, pode-se inferir que, embora a maioria dos entrevistados reconheça que maus-tratos são crime, há uma falta de conhecimento sobre o local adequado para realizar denúncias.

Daqueles que afirmaram saber onde denunciar, foi solicitado que citassem três locais para realização de denúncias. Os locais que apresentaram maior frequência de respostas foram: Delegacia de Polícia Civil, Polícia Militar Ambiental, Ministério Público e ONG Adota Patos (Tabela 7).

Ao se fazer a associação das variáveis “sabe onde denunciar” *versus* “já denunciou” com o intuito de verificar as atitudes tomadas em relação à realização de denúncias por parte daqueles que afirmaram saber onde denunciar, notou-se relevância estatística a respeito de tal condição ($p < 0,001$): apesar de saberem os locais de denúncia, poucos foram aqueles que efetivamente denunciaram crimes de maus-tratos. Daqueles que já presenciaram maus-tratos a animais – 63,7% (172/270) –, apenas 8,7% (15/172) ($p < 0,001$) denunciaram tais crimes, o que demonstra pouca participação da população nas denúncias de maus-tratos contra animais em Patos-PB. Uma baixa taxa de denúncia também foi encontrada por Pereira *et al.* (2020), os quais identificaram que apenas 12,44% dos entrevistados na cidade de Pelotas-RS denunciaram maus-tratos. Lima (2015), por sua vez, encontrou uma frequência de denúncia de 24,84% na cidade de Mossoró-RN. Para Delabary (2012), a omissão nas situações de maus-tratos é um dos aspectos mais preocupantes, porque garante que atos cruéis continuem acontecendo impunemente e sejam passados adiante para as próximas gerações. Pereira *et al.* (2020) afirmaram que o desconhecimento e o medo de denunciar

também assumem papel bastante importante e necessitam de maior atenção, visto que o nível de instrução da população a respeito de como agir perante esses casos é fundamental para realização de denúncias.

Tabela 7 ▶

Locais descritos pelos entrevistados para realização de denúncias sobre crimes de maus-tratos aos animais.

Fonte: dados da pesquisa

Locais para denúncia	A	B	C
Prefeitura	2 (1,82%)	-	-
Polícia Civil	47 (43,20%)	10 (9,17%)	-
Polícia Militar Ambiental	35 (32,11%)	10 (9,17%)	2 (1,82%)
ONG Adota Patos	12 (11,00%)	-	1 (0,91%)
Ministério Público	6 (5,5%)	6 (5,5%)	2 (1,82%)
CCZ*	2 (1,82%)	-	-
Fórum	1 (0,91%)	-	-
IBAMA**	1 (0,91%)	4 (3,7%)	1 (0,91%)
CRMV#	1 (0,91%)	-	-
Secretaria do Meio Ambiente	1 (0,91%)	-	-
SUDEMA##	-	1(0,91%)	1 (0,91%)
Vigilância Sanitária	1 (0,91%)	-	-
Não respondeu	-	78 (71,55%)	102 (93,6%)
Total	109 (100%)	109 (100%)	109 (100%)

A: primeira resposta; B: segunda resposta; C: terceira resposta. * Centro de Controle de Zoonoses. ** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. # Conselho Regional de Medicina Veterinária. ## Superintendência de Administração do Meio Ambiente.

Além disso, quando perguntados se sabem o que é guarda responsável de animais, 62,6% (169/270) responderam não saber e 37,4% (101/270) afirmaram que sabem ($p < 0,001$). Sendo assim, verifica-se que boa parte da população estudada não conhece o conceito de guarda responsável de animais, o que corrobora os resultados obtidos por Lima (2015), o qual, em pesquisa na cidade de Mossoró-RN, observou que 24,81% responderam saber o que é guarda responsável, ao passo que 75,19% responderam não saber de que se trata. Ainda segundo esse autor, o desconhecimento sobre guarda responsável pode acarretar prejuízos aos animais e à população, que vão desde o abandono, deixando os animais livres nas ruas, favorecendo, dessa forma, acidentes, transmissão de doenças, mordeduras, entre outras situações negativas que geram maus-tratos aos animais.

Os que responderam saber o que significa guarda responsável de animais (101/270) também foram solicitados a responderem três situações que consideravam ser de guarda responsável, obtendo-se os seguintes resultados na totalidade de 303 respostas (Tabela 8).

Tabela 8 ►

Somatários das três respostas acerca de atitudes consideradas como de guarda responsável.

Fonte: dados da pesquisa

Resposta	N	(%)
Adoção consciente	1	0,33
Alimentação adequada	34	11,22
Ambiente adequado	16	5,28
Amor	1	0,33
Assistência veterinária	20	6,60
Castração	15	4,95
Coleiras adequadas	1	0,33
Controle de ectoparasitas	1	0,33
Cuidado ambiental	1	0,33
Dar atenção	1	0,33
Denunciar maus-tratos	2	0,66
Evitar abandono	1	0,33
Evitar ataques de animais	1	0,33
Higiene do animal	11	3,63
Indefinido	74	24,42
Manter o bem-estar	1	0,33
Manutenção da saúde	46	15,18
Não abandonar	5	1,65
Não agredir	1	0,33
Não deixar animal solto sem supervisão	3	0,99
Não deixar preso	1	0,33
Não maltratar	1	0,33
Não respondeu	31	10,23
Passear com o animal	5	1,65
Prevenção de ataques	1	0,33
Respeitar as cinco liberdades	1	0,33
Tempo para cuidar	1	0,33
Usar focinheira	1	0,33
Vacinar	22	7,26
Vermifugar	3	0,99
Total	303	100

N: número absoluto. (%): frequência.

Observa-se que, das respostas obtidas, 24,42% (74/303) foram classificadas como indefinidas, uma vez que não se encaixavam claramente em relação à guarda responsável, pois na sua grande maioria falavam sobre ser responsável, ou ter responsabilidade, ou

cuidar bem, não especificando qual atitude deveria ser tomada como guarda responsável, o que tornou subjetivas as respostas, deixando-as, assim, com caráter indefinido. Além do mais, 10,23% (31/303) do trio de respostas não foram completamente respondidas, o que demonstrou dificuldade da população estudada em expor mais situações de guarda responsável. Dessa forma, percebe-se que há falta de conhecimento sobre guarda responsável dos animais, o que é preocupante e pode proporcionar diversos problemas à sociedade, devendo ser instituídas e realizadas políticas públicas no município de Patos-PB, já que se trata de uma localidade que enfrenta problemas relativos a animais sem controle (errantes), crias indesejadas, abandono animal e, conseqüentemente, superpopulação de animais nas ruas.

A grande quantidade de animais em situação de rua, no município em questão, também se torna um fator preocupante para a segurança e saúde da população, pois estes podem ser importantes carreadores de doenças de caráter zoonótico, além de também ocasionarem acidentes de trânsito.

5 Considerações finais

Pode-se concluir que a população estudada apresenta conhecimento sobre as atitudes consideradas crimes de maus-tratos aos animais e sobre o que significa bem-estar animal, entretanto ainda faltam conhecimentos consolidados a respeito dos locais para denúncias de maus-tratos a animais e, principalmente, em relação a quais atitudes são consideradas de guarda responsável de animais domésticos, pois, na sua maioria, os respondentes não foram capazes de listar mais de uma atitude relacionada a guarda responsável desses animais.

Espera-se que haja um maior engajamento das entidades públicas na promoção de encontros, mesas-redondas e campanhas educativas no município, divulgando locais para denúncia de maus-tratos a animais e conhecimentos sobre guarda responsável, medidas sanitárias, prevenção de doenças zoonóticas, como também medidas relacionadas ao controle populacional de cães e gatos, pois tais atitudes são importantes para a população, ajudando a diminuir o número de animais em situação de rua no município e promovendo a saúde pública, além de diminuir os riscos de transmissão de zoonoses e de acidentes automobilísticos com envolvimento de animais, promovendo uma melhor qualidade de vida aos animais e à população local.

Ademais, os conhecimentos verificados através deste trabalho podem estimular a produção de novas pesquisas, que abordem outras particularidades do município acerca do bem-estar animal, de modo a subsidiar e auxiliar os gestores na criação de políticas públicas em âmbito municipal com ênfase na proteção animal.

Financiamento

Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Referências

ABINPET – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO. **Informações gerais do setor Pet**. São Paulo, 2021a. Disponível em: <https://abinpet.org.br/informacoes-gerais-do-setor/>. Acesso em: 10 out. 2021.

ABINPET – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO. **Mercado Pet Brasil 2021**. São Paulo, 2021b. Disponível em: https://abinpet.org.br/wp-content/uploads/2022/08/abinpet_folder_dados_mercado_2022_dra-ft3_web.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

ALMEIDA, J.; PEDRO, D.; PEREIRA, V.; ABREU, D.; NASCIMENTO, E. Educação humanitária para o bem-estar de animais de companhia. **Enciclopédia Biosfera**, v. 10, n. 18, p. 1366-1374, 2014. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/2761>. Acesso em: 9 out. 2021.

ANDRADE, F. T. M.; ARAÚJO, C. L.; PAULO, O. L. O. H.; ROCHA, J. R.; DIAS, F. G. G.; PEREIRA, L. F.; JORGE, A. T.; HONSHO, C. S. Posse responsável: uma questão multidisciplinar. **Acta Veterinaria Brasilica**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 91-97, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/acta/article/view/5359>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.

BROOM, D. M. Indicators of poor welfare. **British Veterinary Journal**, London, v. 142, n. 6, p. 524-526, 1986. DOI: [https://doi.org/10.1016/0007-1935\(86\)90109-0](https://doi.org/10.1016/0007-1935(86)90109-0).

CATAPAN, D. C.; VILLANOVA JUNIOR, J. A.; WEBER, S. H.; MANGRICH, R. M. V.; SZCZYPKOVSKI, A. D.; CATAPAN, A.; PIMPÃO, C. T. Percepção e atitudes do ser humano sobre guarda responsável, zoonoses, controle populacional e cães em vias públicas. **Revista Brasileira de Ciência Veterinária**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 92-98, abr.-jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4322/rbcv.2015.358>.

CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: CNS, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

DELABARY, B. F. Aspectos que influenciam os maus tratos contra animais no meio urbano. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental (REGET)**, v. 5, n. 5, p. 835-840, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5902/223611704245>.

FARACO, C. B. Interação humano-animal. **Ciência Veterinária nos Trópicos**, Recife, v. 11, supl. 1, p. 31-35, abr. 2008. Disponível em: [https://www.bvs-vet.org.br/vetindex/periodicos/ciencia-veterinaria-nos-tropicos/11-\(2008\)/interacao-humano-animal/](https://www.bvs-vet.org.br/vetindex/periodicos/ciencia-veterinaria-nos-tropicos/11-(2008)/interacao-humano-animal/). Acesso em: 9 out. 2021.

FUCK, E. J.; FUCK, E. T.; DELARISSA, F.; CURTI, C. E. Relação homem x animal: aspectos psicológicos e comportamentais. **Revista Nosso Clínico**, Jacareí, v. 9, p. 46-58, 2006.

GARCIA, R. C. M. Desafios para o enfrentamento da negligência. In: TOSTES, R.; REIS, S.; CASTILHO, V. V. (ed.). **Tratado de Medicina Veterinária Legal**. Curitiba: Medvep, 2017. p. 317-336.

GARCIA, R. C. M. **Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avaliação de ações para o equilíbrio dessas populações em área da cidade de São Paulo, SP, Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Medicina Veterinária) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI: <https://dx.doi.org/10.11606/T.10.2009.tde-18012010-154127>.

GOMES, V. C. P. S. **Relação entre padrão socioeconômico e variáveis ligadas ao bem estar e guarda responsável de cães e gatos em Areia-PB**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Medicina Veterinária) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/4214>. Acesso em: 23 jun. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Paraíba / Patos. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/patos/panorama>. Acesso em: 10 out. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Paraíba / Patos. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/patos/panorama>. Acesso em: 2 jan. 2024.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília, DF: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 1 jan. 2022.

KAMAL, A. E. G.; VASQUES, G. M. B.; ROMANI, I. Responsible pet ownership of dogs and cats in Maringá - Paraná / Brazil. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 6, p. 1-18, 2021. DOI: <https://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15450>.

LANGONI, H.; TRONCARELLI, M. Z.; RODRIGUES, E. C.; NUNES, H. R. C.; HARUMI, V.; HENRIQUES, M. V.; SILVA, K. M.; SHIMONO, J. Y. Conhecimento da população de Botucatu-SP sobre guarda responsável de cães e gatos. **Veterinária e Zootecnia**, v. 18, n. 2, p. 297-305, jun. 2011. Disponível em: <https://rvz.emnuvens.com.br/rvz/article/view/1133/674>. Acesso em: 23 jun. 2022.

LIMA, A. F. M.; LUNA, S. P. L. Algumas causas e consequências da superpopulação canina e felina: acaso ou descaso? **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 32-38, 2012. DOI: <https://doi.org/10.36440/recmvz.v10i1.258>.

LIMA, J. L. A. **Um estudo acerca da legislação sobre os maus-tratos com animais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estratégias Sustentáveis de Desenvolvimento

do Semiárido) – Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/tede/34>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MOLENTO, C. F. M. Repensando as cinco liberdades. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL CONCEITOS EM BEM-ESTAR ANIMAL, 1., 2006, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: World Society for the Protection of Animals (WSPA), 2006. Disponível em: <http://www.labea.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2013/10/MOLENTO-2006-REPENSANDO-AS-CINCO-LIBERDADES.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

NASCIMENTO, P. J. A.; LIRA, R. T. M. Uma abordagem sobre o desenvolvimento urbano da cidade Patos, Estado da Paraíba. **Revista Brasileira de Direito e Gestão Pública**, v. 1, n. 2, p. 10-16, 2013. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP/article/view/2142>. Acesso em: 1 jul. 2022

OLIVEIRA, M. S.; MACIEL, L. M.; SUNADA, N. S. Esclarecimento da população de Dourados-MS sobre maus-tratos em cães e gatos. **Veterinária e Zootecnia**, Botucatu, v. 26, p. 1-8, 31 jul. 2019. *Revista Veterinária e Zootecnia*. DOI: <https://doi.org/10.35172/rvz.2019.v26.195>.

PAULA, J. M.; SANTOS, C. G.; CANALLI, V.; FRITZEN, D. M. M.; BUSATO, M. A.; LUTNSKI, J. A. Perfil populacional de cães e gatos e bem-estar animal em Chapecó, SC. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, v. 12, n. 4, p. 437-449, 2018. Disponível em: <http://www.higieneanimal.ufc.br/seer/index.php/higieneanimal/article/view/465>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PEDRASSANI, D.; KARVAT, D. C. Conhecimento sobre bem-estar e guarda responsável de cães e gatos domiciliados e semi-domiciliados. **Revista Ciência em Extensão**, v. 13, n. 4, p. 55-63, 2017. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1592. Acesso em: 23 jun. 2022.

PEREIRA, K. C. A. F.; MENDONÇA, F. R.; SANTOS, T. S.; SCHMITT, C. I.; PEGORARO, J. R.; ZIMERMANN, E. A.; CORCINI, C. D. Maus-tratos animal e as cinco liberdades: percepção e conhecimento da população de Pelotas/RS. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 7503-7515, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n2-161>.

PINHEIRO JÚNIOR, O. A.; SILVA, M. O. C.; ANGELA, H. L.; TOZZETTI, D. S.; SEGURA, R. Posse responsável de cães e gatos no município de Garça/SP. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, Ano III, n. 6, 2006. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/site/a/682-posse-responsavel-de-caes-e-gatos-no-municipio-de-garca-sp.html>. Acesso em: 10 out. 2021.

RODRIGUES, I. M. A.; LUIZ, D. P.; CUNHA, G. N. Princípios da guarda responsável: perfil do conhecimento de tutores de cães e gatos no município de Patos de Minas – MG. **Ars Veterinaria**, Jaboticabal, v. 33, n. 2, p. 64-70, 2017. Disponível em: <http://arsveterinaria.org.br/ars/article/view/1082/1099>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SANTOS, F. S.; TÁPARO, C. V.; COLOMBO, G.; TENCATE, L. N.; PERRI, S. H. V.; MARINHO, M. Conscientizar para o bem-estar: posse responsável. **Revista Ciência em Extensão**, v. 10, n. 2, p. 65-73, 2014. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/805. Acesso em: 12 jun. 2021.

SILVANO, D.; BENDAS, A. J. R.; MIRANDA, M. G. N.; PINHÃO, R.; MENDES-DE-ALMEIDA, F.; LABARTHE, N. V.; PAIVA, J. P. Divulgação dos princípios da guarda responsável: uma vertente possível no trabalho de pesquisa a campo. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, v. 9, n. 9, p. 64-86, 2010. Disponível em: <https://doceru.com/doc/cc8x5e0>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SOUZA, A. S.; FERREIRA, A. F. Direitos dos animais domésticos: análise comparativa dos estatutos de proteção. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 98-118, 2015. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/97-117>. Acesso em: 15 out. 2021.

THRUSFIELD, M. V. **Veterinary epidemiology**. 3rd. ed. Oxford: Blackwell Science, 2007. 610 p.

VIEIRA, A. M. L.; ALMEIDA, A. B.; MAGNABOSCO, C.; FERREIRA, J. C. P.; CARVALHO, J. L. B.; GOMES, L. H.; REICHMANN, M. L.; PARANHOS, N. T.; GARCIA, R. C.; LUNA, S. L. P.; NUNES, V. F. P.; CABRAL, V. B. Programa de Controle de Populações de Cães e Gatos do Estado de São Paulo: 2ª Edição. **Boletim Epidemiológico Paulista – BEPA**, v. 6, supl. 7, 2009. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/sms-sp/2009/sms-4797/sms-4797-2583.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.